



Relato de experiência em uma escola de Educação do Campo: integrando educação e sustentabilidade

Experience report in a Rural Education school: integrating education and sustainability

Informe de experiencia en una escuela de Educación Rural: integrando educación y sostenibilidad

Jessica Taís Motta de Jesus¹
Roberto Carlos Bianchi²

RESUMO:

Este artigo analisa a importância de um ambiente educacional na Escola do Campo que promova uma aprendizagem significativa e transformadora, integrando teoria e prática ao contexto escolar. O estudo enfatiza a valorização da sustentabilidade e da consciência ambiental nas práticas educativas, com base em uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. Referências teóricas como Caldart (2004), Gadotti (2008), Molina (2019), Sant Ana (2024), e legislações como a LDB nº 9394/96 e as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (2006) fundamentam as discussões. A análise reflete sobre como atividades curriculares contextualizadas podem enriquecer o currículo, proporcionando uma aprendizagem mais significativa. O artigo destaca a relevância das práticas educativas para a consolidação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e currículos alinhados às realidades locais, em conformidade com políticas públicas para a Educação do Campo. Essas práticas fomentam a integração da sustentabilidade ao ensino, preparando os alunos para um futuro inclusivo e sustentável. Conclui-se que uma abordagem pedagógica sensível às especificidades da Educação do Campo é essencial para atender às demandas locais, promovendo transformação social e ambiental. Assim, reafirma-se a importância de práticas que conectem educação, sustentabilidade e contexto comunitário.

Palavras-chave: Análise reflexiva. Aprendizagem significativa. Educação integral. Transformação educacional.

ABSTRACT:

This article analyzes the importance of an educational environment in the Rural School that promotes meaningful and transformative learning, integrating theory and practice into the school context. The study emphasizes the importance of sustainability and environmental awareness in educational practices, based on bibliographic and qualitative research. Theoretical references such as Caldart (2004), Gadotti (2008), Molina (2019), Sant Ana

¹ Graduada em Pedagogia pelo Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas. Pós-Graduada do Curso de Especialização em Linguagens Híbridas e Educação do Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Paraná.

² Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2016). Doutorando Em Estudos Linguísticos, pela UFFS- Chapecó. Professor do Colegiado de Letras do Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas.



(2024) and legislation such as LDB n° 9394/96 and the Curricular Guidelines for Rural Education (2006) support the discussions. The analysis reflects on how contextualized curricular activities can enrich the curriculum, providing more meaningful learning. The article highlights the relevance of educational practices for the consolidation of Political-Pedagogical Projects (PPPs) and curricula aligned with local realities, in accordance with public policies for Rural Education. These practices foster the integration of sustainability into teaching, preparing students for an inclusive and sustainable future. It is concluded that a pedagogical approach sensitive to the specificities of Rural Education is essential to meet local demands, promoting social and environmental transformation. Thus, the importance of practices that connect education, sustainability and community context is reaffirmed.

Keywords: Reflective analysis. Meaningful learning. Integral education. Educational transformation.

RESUMEN:

Este artículo analiza la importancia de un ambiente educativo en la Escola do Campo que promueva el aprendizaje significativo y transformador, integrando la teoría y la práctica en el contexto escolar. El estudio enfatiza la valoración de la sostenibilidad y la conciencia ambiental en las prácticas educativas, a partir de investigaciones bibliográficas y cualitativas. Referencias teóricas como Caldart (2004), Gadotti (2008), Molina (2019), Sant Ana (2024) y legislaciones como la LDB n° 9394/96 y las Orientaciones Curriculares de Educación Rural (2006) sustentan las discusiones. El análisis reflexiona sobre cómo las actividades curriculares contextualizadas pueden enriquecer el currículo, proporcionando aprendizajes más significativos. El artículo destaca la relevancia de las prácticas educativas para la consolidación de Proyectos Político-Pedagógicos (PPP) y currículos alineados con las realidades locales, de acuerdo con las políticas públicas de Educación Rural. Estas prácticas fomentan la integración de la sostenibilidad en la enseñanza, preparando a los estudiantes para un futuro inclusivo y sostenible. Se concluye que un enfoque pedagógico sensible a las especificidades de la Educación Rural es fundamental para atender las demandas locales, promoviendo la transformación social y ambiental. Así, se reafirma la importancia de prácticas que conecten educación, sostenibilidad y contexto comunitario.

Palabras-clave: Análisis reflexivo. Aprendizaje significativo. Educación integral. Transformación educativa.



1 INTRODUÇÃO

A apresentação de experiências de práticas em uma escola de educação do campo, integrando a educação e sustentabilidade, é uma área de estudo que mergulha nas complexidades das abordagens pedagógicas e nos contextos educacionais diversos. Dessa forma, este artigo tem como tema o Relato de Experiência em uma Escola de Educação do Campo: Integrando Educação e Sustentabilidade, com o intuito de refletir sobre os contextos e desafios dessa área de aprendizagem.

Com relação ao problema, a indagação feita é: como ocorrem as atividades curriculares na educação da escola do campo de forma a enriquecer o currículo e proporcionar uma aprendizagem mais significativa para os alunos? Esse tema, rico em implicações para o desenvolvimento educacional, destaca as diferentes dinâmicas que permeiam a aprendizagem em ambientes naturais e urbanos, desencadeando reflexões sobre como essas abordagens moldam a compreensão do conhecimento pelos alunos.

Os objetivos que impulsionaram a escrita deste artigo foram: apresentar uma breve definição da Educação do Campo, destacando seus princípios e objetivos, a fim de contextualizar o tema para os leitores, destacando seu enfoque na valorização da cultura local; analisar a importância do Projeto Político-Pedagógico e do currículo para as Escolas do Campo; e explorar como a integração com experiência prática na aprendizagem aliada à sustentabilidade e consciência ambiental nesse contexto pode potencializar os resultados educacionais, promovendo uma maior conexão dos alunos com o meio ambiente e incentivando práticas mais responsáveis e sustentáveis.

A metodologia utilizada parte de uma pesquisa de natureza bibliográfica, que, para Fonseca (2002), é realizada “a partir do levantamento de referências teóricas”. A autora ainda complementa que a pesquisa bibliográfica é base para qualquer pesquisa, pois a partir das leituras se constroem os fundamentos para os argumentos.

Para realização desta pesquisa, diante dessas considerações, torna-se evidente que toda pesquisa bibliográfica demanda referenciais teóricos que embasem o estudo em questão. A consulta a fontes bibliográficas possibilita um aprofundamento no objeto de estudo, visto que as informações provenientes das referências teóricas têm como propósito auxiliar o pesquisador na busca por respostas para suas problemáticas. Tal abordagem se fundamenta na análise crítica, na investigação minuciosa e na interpretação dos dados coletados, além de considerar o posicionamento do sujeito frente à pesquisa.



Esta pesquisa se deu de modo qualitativo. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 269) “a metodologia qualitativa pressupõe uma análise e interpretação de aspectos mais profundos da complexidade do comportamento humano”. O que nos forneceu as condições melhoradas para compreender os elementos que enredam tal investigação, tais como hábitos, tendências entre outros.

Em suma, utilizamos da pesquisa bibliográfica e análise qualitativa, tomando como referenciais teóricos os seguintes autores: Alencar (2013); Basso, Neto e Bezerra (2016); Caldart (2004); Caldart et al. (2012); Gadotti (2008) e (2000); Molina e Rocha (2014); Molina (2019); Sant Ana (2024); Scalabrin (2019); Scalabrin e Silva (2017); Silva (2020); Souza (2008) e outros, como também algumas legislações que contribuem para compreender melhor a Educação do Campo.

Para contribuições na análise qualitativa, far-se-á um relato de experiência, embasado na vivência como egressa de uma escola do campo e na atuação profissional como educadora no Colégio Estadual do Campo Monteiro Lobato, localizado no município de Coronel Domingos Soares, a 28 quilômetros do centro urbano.

A análise também se fundamentará na experiência adquirida como pedagoga graduada, com atuação ininterrupta em escolas do campo desde a conclusão da graduação em Licenciatura em Pedagogia, em 2022, pelo Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas. Como qualificação acadêmica, possuo especialização em Linguagens Híbridas e Educação e a atual participação, como aluna especial, no programa de Mestrado em Ambientes Saudáveis e Sustentáveis, também ofertado pelo Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas. Essas vivências acadêmicas e profissionais possibilitam uma perspectiva enriquecida e interdisciplinar, essencial para compreender e analisar as especificidades do ensino no contexto do campo, suas potencialidades e desafios.

Este artigo está dividido em seções intituladas: Conceituação a respeito da educação do campo; Projeto Político-Pedagógico e Currículo da escola do campo; Relato de experiências na Escola de Campo Monteiro Lobato do Município de Coronel Domingos Soares-PR – práticas de integração com a sustentabilidade.

Ademais, as ideias de Caldart (2004) referenciam que a Educação do campo caracteriza-se por sua forte relação entre o local e o global, e sobretudo pela vinculação dos atores sociais com o espaço e contexto com que estão inseridos. Ou seja, a realidade particular dos camponeses é levada, ou deveria ser, em conta na definição das políticas públicas e atividades desenvolvidas.



Ao considerar essas obras e autores, percebemos a riqueza de perspectivas que alimentam a discussão sobre o contraste educacional. Esses estudiosos compartilham uma visão comum de reconhecer a importância de ir além dos limites tradicionais da sala de aula, explorando as potencialidades da escola de campo e compreendendo os desafios intrínsecos às escolas urbanas.

Ampliamos nossa compreensão das nuances do contraste educacional. Esses autores oferecem perspectivas que transcendem a dicotomia simples entre escolas do campo e ambientes urbanos, incentivando uma análise mais holística das abordagens pedagógicas e das complexidades do processo educacional em diferentes contextos.

Ambos os pensadores compartilham a visão de uma educação que vai além da transmissão passiva de informações, destacando a importância da experiência, da participação ativa e da relevância contextual no processo de aprendizado. Suas ideias podem ser consideradas como fundamentais ao discutir a eficácia e a natureza do ensino em escolas do campo em comparação com ambientes urbanos escolares.

2 CONCEITUAÇÃO A RESPEITO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Nos próximos itens, serão abordados os fundamentos legais e normativos da Educação do Campo, os conceitos e princípios que a orientam, as práticas pedagógicas e seus desdobramentos, além da construção do Projeto Político-Pedagógico e do currículo específico para a escola do campo. Também serão discutidas estratégias para promover uma educação contextualizada, que respeite a cultura e a realidade das comunidades rurais.

2.1 Fundamentos legais e normativos

Em relação à educação do campo, entendemos através do Artigo 2º. da Resolução 01 – CNE 03/04/2002 – Diretrizes Operacionais para Educação do Campo, que toda ação educativa desenvolvida junto às populações do campo fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser, de ver, de viver e de produzir e formas de compartilhar a vida.

Conforme as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Estado do Paraná (2006), o campo retrata uma diversidade sociocultural que se dá a partir dos povos que nele habitam, como assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados, atingidos por barragens, pequenos proprietários, vileiros rurais,



povos das florestas, etnias indígenas, comunidades negras rurais, quilombos, pescadores, ribeirinhos e outros mais. Faz-se referência à identidade cultural dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Reportam-se também políticas e práticas pedagógicas voltadas aos trabalhadores do campo, a realidade da população camponesa.

Conforme a Constituição Federal (1998), “A Educação é um direito de todos e um dever do Estado”. Seguindo essa afirmação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96, em seu Artigo 23, diz que está previsto o ciclo de alternância, grupos não-seriados que são característicos da Educação do Campo, e podem ser implementados sempre que a realidade permitir ou exigir.

Ainda apresenta, no Artigo 28, que em contextos de educação básica para comunidades rurais são possíveis adaptações e adequações a partir das peculiaridades locais e regionais. Assim, poderão ser adaptados os conteúdos, as metodologias e práticas, a organização escolar (em módulos alternados ou não), inclusive o calendário escolar poderá ter adaptações, levando em consideração, por exemplo, os períodos de colheita ou semeadura.

Dessa forma, a educação do campo é uma abordagem educacional que reconhece e valoriza as especificidades das populações que vivem e trabalham no meio rural. É fundamentada no reconhecimento das práticas sociais e culturais dessas comunidades, abrangendo uma ampla gama de realidades e identidades presentes no campo, como assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, entre outros. Essa diversidade sociocultural é essencial para compreender a complexidade e riqueza das experiências vivenciadas no campo.

2.2 Conceitos e princípios da Educação do Campo

A Educação do Campo é uma modalidade da Educação Básica. Nela, a organização curricular e do trabalho pedagógico das escolas do campo podem ter adequações curriculares, metodologias próprias e calendário específico. Essas adequações atendem aspectos culturais, econômicos, ciclos de produção, condições climáticas e tradições da comunidade camponesa.

A Resolução CNE/CEB nº. 4, de 13 de julho de 2010, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Em seu Artigo 27, diz que as modalidades de ensino presentes em cada etapa da educação básica podem ser seguidas de uma ou mais alternativas, conforme o contexto exija, por exemplo: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo etc.



A Educação do Campo diferencia a territorialidade dos sujeitos do campo, vinculadas às suas práticas diferenciadas de economia, suas manifestações culturais, políticas e socioambientais. Constitui uma modalidade da Educação Básica e se destina ao atendimento da população rural, assim identificada pela comunidade local. A identidade da escola do campo deverá ser definida pela comunidade escolar em conjunto com a comunidade local, sob a coordenação do respectivo Núcleo Regional de Educação.

Também, no Parecer n.º 1011/2010 – CEE/CEB, que trata da consulta sobre as Normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, bem como do processo de definição da identidade das escolas do Campo, afirma-se que a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade. Ancora-se, assim, na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais. Atua em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por estas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

A Educação do Campo é compreendida como uma modalidade educativa em constante construção, cujo desenvolvimento está intrinsecamente ligado às condições históricas, sociais e culturais das populações rurais. Mais do que um conjunto de práticas ou políticas educativas, ela se apresenta como uma categoria de análise capaz de interpretar a realidade educacional dessas comunidades, considerando as dinâmicas locais e as especificidades de seus sujeitos.

Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como análise, é também compreensão da realidade por vir, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação. (CALDART et al., 2012, p. 259).

A Educação do Campo enquanto modalidade educacional se destaca por sua abordagem centrada nas especificidades, contextos e realidades das comunidades rurais. Diferentemente do modelo tradicional de ensino, a Educação do Campo reconhece e valoriza os saberes locais, as práticas agrícolas, as tradições culturais e as experiências vivenciadas pelos estudantes no ambiente rural.



2.3 Práticas pedagógicas e seus desdobramentos

Essa modalidade educacional busca proporcionar uma educação contextualizada e significativa, que esteja em sintonia com as demandas e necessidades das populações do campo. Para tanto, o currículo da Educação do Campo é pensado de forma flexível, adaptável e diversificada, abrangendo não apenas os conteúdos acadêmicos tradicionais, mas também atividades práticas, projetos de pesquisa, vivências no campo e interações com a comunidade.

Para Basso *et al.* (2016), a partir de uma perspectiva como a da Pedagogia Histórico-Crítica, na qual há o encontro na prática social, professor e alunos se tornam protagonistas do processo de aprendizagem, partindo de problemas postos ou identificados pela/na realidade contextual, que suscitam resultados construídos e solucionados dispendo de instrumentos teóricos e que possibilitem a compreensão e disseminação de novos conhecimentos.

Além disso, Caldart *et al.* (2012) também nos auxilia a compreender que a Educação do Campo se fundamenta em princípios de equidade, justiça social e inclusão, buscando superar as desigualdades históricas e garantir o acesso de todos os estudantes a uma educação de qualidade. Isso inclui o desenvolvimento de políticas e práticas pedagógicas que promovam a valorização da diversidade étnico-racial, cultural, social e econômica presente nas comunidades rurais.

Outro aspecto relevante da Educação do Campo é a sua relação estreita com a agricultura familiar e a sustentabilidade ambiental. Os estudantes são incentivados a compreender e a valorizar os sistemas agroecológicos, a preservação dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento rural sustentável, contribuindo assim para a construção de sociedades mais justas e ambientalmente responsáveis.

Nessa concepção, Caldart *et al.* (2012, p. 66) compreende a agroecologia da seguinte forma: “A agroecologia se insere, dessa maneira, na busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação de toda a vida [...] o objetivo final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação humana”.

Em suma, a Educação do Campo representa uma abordagem educacional inovadora e transformadora, que reconhece a importância do meio rural e das comunidades agrícolas na construção de uma sociedade mais inclusiva, democrática e sustentável.



2.4 Projeto Político-Pedagógico e Currículo da escola do campo

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e do currículo na Educação do Campo exige uma análise crítica e abrangente das condições que moldam a realidade das comunidades rurais. Essa abordagem deve considerar tanto os desafios intrínsecos à diversidade cultural e social do campo quanto as limitações impostas pelas políticas públicas e pela estrutura educacional vigente.

Entendemos que o Projeto Político-Pedagógico deve ser construído como um documento que expresse os valores, princípios e objetivos da escola, refletindo as demandas das comunidades locais e promovendo uma educação contextualizada, significativa e inclusiva. Conforme Caldart (2016), o PPP precisa ser um elo entre as particularidades da Educação do Campo e os processos de socialização em contextos mais amplos, garantindo que os saberes e as práticas locais dialoguem com outras realidades sociais e educacionais.

Entretanto, a implementação do PPP enfrenta obstáculos significativos, como a formação insuficiente de professores para atender às especificidades da Educação do Campo, a escassez de materiais didáticos contextualizados e a dificuldade em equilibrar as demandas locais com as exigências de um sistema educacional padronizado. Esses desafios ressaltam a necessidade de políticas públicas que assegurem condições adequadas de formação, infraestrutura e recursos pedagógicos para as escolas do campo.

O currículo, especificamente das Escolas voltadas à modalidade de Escola do Campo, por sua vez, deve ser flexível, adaptável e alinhado às peculiaridades do meio rural. Ele precisa considerar os ciclos agrícolas, as tradições culturais e os saberes locais, integrando-os com conteúdos acadêmicos e atividades práticas que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes. Como destaca Scalabrin (2019), a Educação do Campo deve ser construída “no campo”, garantindo a apropriação de conhecimentos científicos, e “do campo”, a partir dos interesses e necessidades das populações rurais.

Além disso, o currículo deve incorporar práticas que favoreçam a sustentabilidade ambiental e social, bem como o fortalecimento da agricultura familiar. A participação ativa das comunidades é essencial nesse processo, garantindo que as especificidades de cada território sejam respeitadas e que as práticas educativas contribuam para a autonomia e o empoderamento das populações do campo.

Embora a proposta do PPP e do currículo da Educação do Campo seja inovadora e transformadora em sua concepção ou legislação, sua aplicação prática muitas vezes esbarra



em limitações. A formação de professores é uma das principais dificuldades, pois muitos profissionais não possuem preparo suficiente para lidar com as especificidades do contexto rural.

Além disso, a carência de materiais didáticos contextualizados e a resistência à gestão democrática são entraves recorrentes. Outro ponto crítico é a falta de políticas públicas consistentes que garantam o apoio necessário às escolas do campo. A descontinuidade de programas governamentais e a ausência de investimentos na infraestrutura dessas escolas comprometem a efetividade de uma educação contextualizada e inclusiva.

Nesse cenário, a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico participativo e de um currículo alinhado às necessidades das comunidades rurais deve ser vista como um processo contínuo e dinâmico. Ele deve integrar os saberes locais aos conteúdos acadêmicos, promovendo uma educação que capacite os estudantes a enfrentar os desafios do mundo rural contemporâneo e a se tornar protagonistas de suas histórias.

Como enfatiza Alencar (2013), é imprescindível “pensar a cultura e a dignidade” das populações do campo, estruturando currículos que garantam o direito à educação de qualidade e à construção de um futuro mais sustentável e inclusivo. Assim, o PPP e o currículo devem transcender o papel de documentos administrativos, tornando-se instrumentos efetivos de transformação social, cultural e ambiental nas comunidades rurais.

A construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e do currículo na Educação do Campo não pode ser desconectada das experiências práticas de aprendizagem que ocorrem no cotidiano escolar. A articulação entre teoria e prática é fundamental para que a educação transcenda o campo abstrato e se torne uma ferramenta concreta de transformação social, especialmente quando aliada à promoção da sustentabilidade e da consciência ambiental.

Nesse sentido, a valorização de práticas pedagógicas que incentivem o protagonismo dos estudantes e a vivência direta com o meio ambiente se revela essencial. Projetos que integrem a agricultura sustentável, a preservação de recursos naturais e a agroecologia permitem que os estudantes não apenas compreendam as dinâmicas do campo, mas também se tornem agentes ativos na construção de um futuro mais sustentável. Essas ações, quando alinhadas ao Projeto Político-Pedagógico, potencializam o impacto educacional, unindo saberes acadêmicos às práticas comunitárias.

A experiência prática, nesse contexto, deve ser incorporada como um eixo estruturante do currículo. Relatos de atividades escolares que conectam os alunos com a realidade local, como o cultivo de hortas agroecológicas, projetos de reutilização de materiais, conservação de



nascentes e educação ambiental, exemplificam como o aprendizado contextualizado pode ser transformador. Essas vivências não apenas fortalecem o vínculo dos estudantes com suas comunidades, mas também desenvolvem competências socioambientais indispensáveis para o enfrentamento dos desafios contemporâneos.

Ao integrar práticas sustentáveis ao processo educativo, a escola do campo cumpre um papel duplo: promove a conscientização ambiental e contribui para o fortalecimento das identidades locais. Assim, o Projeto Político-Pedagógico e o currículo deixam de ser apenas documentos administrativos e tornam-se expressões vivas das necessidades, valores e aspirações das comunidades rurais, conectando a educação formal com as experiências concretas de vida no campo.

Dessa forma, o relato e a exposição de práticas bem-sucedidas em escolas do campo podem inspirar a implementação de estratégias educativas que aliem a aprendizagem à sustentabilidade e à consciência ambiental, reafirmando o papel transformador da Educação do Campo no fortalecimento das comunidades e na construção de um futuro mais justo e ecológico.

3 RELATO DE EXPERIÊNCIAS NA ESCOLA DE CAMPO MONTEIRO LOBATO DO MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES-PR – PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO COM A SUSTENTABILIDADE

A experiência prática desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem, proporcionando aos alunos uma compreensão mais profunda e significativa dos conceitos abordados. Essa abordagem educacional, enfatizada de forma proeminente nas escolas do campo, destaca-se pela imersão dos alunos em ambientes naturais ou culturais, permitindo a aplicação direta do conhecimento teórico em situações do mundo real. Conforme Gadotti (2008, p. 23), “a educação precisa estar vinculada ao contexto ecológico e cultural dos alunos, promovendo um aprendizado que respeite e valorize as interações entre o ser humano e a natureza”.

Essa perspectiva encontra eco nas iniciativas desenvolvidas no Colégio Estadual do Campo Monteiro Lobato, como o projeto “Farmácia da Bio”, que envolve alunos na criação de uma farmácia escolar com ervas, conectando saberes populares e científicos. Os objetivos do projeto foram analisar conhecimentos prévios, identificar plantas, unir conhecimentos tradicionais e científicos e reconhecer a importância das plantas para a saúde destacando seu



potencial no Brasil, apesar de ameaças como desmatamento e perda de conhecimento tradicional.

Outra atividade desenvolvida pelo Colégio Estadual do Campo Monteiro Lobato foi o projeto “Horta Escolar”, que reforça o vínculo entre teoria e prática, um projeto educativo que ensina sobre agricultura, alimentação saudável, sustentabilidade e trabalho em equipe. Esse projeto envolveu alunos do Ensino Fundamental e Médio no cultivo de hortaliças orgânicas, promovendo a prática e o aprendizado. A iniciativa busca integrar recursos de aprendizagem ao cotidiano escolar, incentivar o consumo de alimentos frescos e desenvolver habilidades como responsabilidade e planejamento. Além disso, visa a influenciar a cultura alimentar e ambiental dos alunos, com potencial para impactar suas vidas familiares.

Do mesmo modo, o projeto interdisciplinar que podemos destacar no Colégio Estadual do Campo Monteiro Lobato é aquele que foca na valorização da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. As ações pedagógicas incluem esses temas nos planos de trabalho docente de todas as disciplinas, uso de materiais didáticos variados e visitas a comunidades tradicionais. Ações mobilizadoras incluem eventos culturais, debates e rodas de conversa sobre preconceito e discriminação. Há incentivo à autodeclaração étnico-racial, com palestras e oficinas sobre identidade, além de atividades para dar voz aos alunos sobre o pertencimento étnico-racial. A equipe educacional é capacitada para multiplicar práticas inclusivas, e há eventos específicos para os meses dos Povos Indígenas e da Consciência Negra, com palestras e atividades culturais.

Apesar da inserção nas pautas nacionais do tema da Educação no Campo, ainda observa-se que os desafios são grandes quando se trata da proposição e execução de políticas públicas voltadas ao tema. É preciso que se fortaleça o movimento de defesa da Educação do Campo. Para Souza, (2008), “A educação do campo tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias municipal, estadual e federal nos últimos anos. Fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais [...]” (Souza, 2008, p. 2).

No entanto, os desafios ainda são inúmeros, conforme Souza, (2008), pois se observa, em muitos casos, a permanência de uma concepção de educação do campo que entende o camponês como sinônimo de algo “arcaico e atrasado”, mas, para o autor, a “educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável”. (Souza, 2008, p. 2).



Nas escolas do campo, os alunos têm a oportunidade única de aprender fazendo, participando de atividades que vão desde estudos ambientais e agrícolas até excursões históricas e científicas. Essas experiências práticas não apenas enriquecem o currículo, mas também estimulam o pensamento crítico, a resolução de problemas e a colaboração entre os alunos.

Ao explorar um ecossistema natural, por exemplo, os estudantes não apenas aprendem sobre biologia e ecologia, mas também desenvolvem um apreço mais profundo pela conservação ambiental e pela interconexão dos seres vivos. Gadotti (2000, p. 45) reforça essa ideia ao afirmar que “a educação ambiental deve ser vivenciada na prática, permitindo que os alunos sintam e compreendam a importância da sustentabilidade”.

Em contraste, os ambientes educacionais convencionais muitas vezes dependem mais de métodos de ensino tradicionais, como palestras e atividades baseadas em livros didáticos. Embora esses métodos forneçam uma base sólida de conhecimento teórico, podem não ser tão eficazes em estimular o envolvimento dos alunos ou em conectar o aprendizado à vida real. A falta de experiências práticas pode resultar em uma compreensão superficial dos conceitos e em uma menor retenção do conhecimento a longo prazo.

Assim, almeja-se que, na educação de campo, a escola assuma o seguinte papel: “uma escola que se transforma em ferramenta de luta para a conquista de seus direitos como cidadãos e que forma os próprios camponeses como os protagonistas dessas lutas, como os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora”. (Molina; Rocha, 2014, p. 7).

Além disso, as escolas do campo oferecem um ambiente de aprendizado mais dinâmico e multifacetado, no qual os alunos são incentivados a explorar, experimentar e fazer descobertas por conta própria. Esse tipo de aprendizado autodirigido promove a autonomia e a confiança dos alunos em suas habilidades, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo real de forma mais eficaz. De acordo com Sant Ana (2024),

A conscientização das pessoas em relação ao lugar onde vivem cria vínculos de identidade que devem ser valorizados no ambiente escolar. Ao reconhecer e se conectar com sua história e a identidade local, os estudantes se tornam mais engajados e motivados no processo de aprendizagem, contribuindo para uma educação mais enriquecedora e significativa (Sant Ana, 2024, p. 3)

Por outro lado, em ambientes educacionais convencionais, os alunos podem se sentir mais passivos em relação ao seu próprio aprendizado, dependendo em grande parte das informações transmitidas pelo professor. Pensando sobre essa educação, de acordo com



Molina e Rocha (2014, p. 7), “a educação do campo é uma escola pensada pelos camponeses, atendendo aos interesses desses diferentes sujeitos em seus diferentes territórios”.

A interdisciplinaridade é uma característica marcante das escolas do campo, nas quais os alunos têm a oportunidade de integrar conhecimentos de várias disciplinas para resolver problemas complexos. Por exemplo, ao estudar um ecossistema, os alunos podem aplicar conceitos de biologia, química, geografia e matemática para entender melhor sua dinâmica ecológica.

Essa abordagem holística do ensino promove uma compreensão mais abrangente dos tópicos e prepara os alunos para enfrentar desafios do mundo real que exigem uma abordagem multidisciplinar, ou seja, conforme Caldart *et al.* (2012), a atuação em equipe do grupo de professores, o planejamento em conjunto, o acompanhamento de equipe multidisciplinar, podem ser ações que farão a diferença nos contextos escolares de Educação do Campo.

Entendemos que o impacto da experiência prática na aprendizagem é inegável, e as escolas do campo destacam-se como ambientes educacionais que capitalizam essa abordagem de forma excepcional. Enquanto as escolas convencionais desempenham um papel importante na transmissão de conhecimentos teóricos, as escolas do campo oferecem uma experiência de aprendizado única que não só enriquece o currículo, mas também prepara os alunos para se tornarem aprendizes ao longo da vida, críticos e engajados com o mundo ao seu redor.

Assim, na perspectiva da proposta deste trabalho, apresentamos um relato de experiência, com contribuições fundamentadas tanto na minha própria vivência como egressa de uma escola do campo quanto na minha atuação profissional como educadora no Colégio Estadual do Campo Monteiro Lobato, situado no município de Coronel Domingos Soares, a 28 quilômetros da área urbana.

Essa análise também é enriquecida pela experiência acumulada desde a minha formação em Licenciatura em Pedagogia, concluída em 2022, no Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas, que resultou em uma trajetória ininterrupta em escolas do campo. Minha formação acadêmica inclui especialização em Linguagens Híbridas e Educação e a participação, atualmente, como aluna especial no programa de Mestrado em Ambientes Saudáveis e Sustentáveis, também pelo Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas. Essas vivências, tanto acadêmicas quanto profissionais, oferecem uma perspectiva interdisciplinar e aprofundada, essencial para compreender as particularidades do ensino no campo, bem como suas potencialidades e desafios.



Fui levada a atuar no campo pelo desejo de contribuir para o fortalecimento de uma educação que respeite e valorize as tradições culturais locais, promovendo uma aprendizagem que esteja em harmonia com o meio ambiente. Para mim, significa construir uma educação mais significativa e conectada à realidade dos alunos, que fortaleça a identidade local e prepare cidadãos conscientes e críticos, buscando implementar um currículo diferenciado, que vá além dos conteúdos tradicionais e incorpore práticas pedagógicas inovadoras, adaptadas ao contexto do campo.

Ser pedagoga no contexto do campo é uma experiência que transcende o papel tradicional da educação, envolvendo um profundo compromisso com as particularidades culturais, sociais e ambientais da comunidade rural. No ambiente escolar rural, a pedagoga não apenas facilita o aprendizado dos conteúdos formais, mas também atua como uma ponte entre o conhecimento acadêmico e os saberes locais, valorizando a cultura, a história e as práticas tradicionais da região.

A prática pedagógica no campo requer flexibilidade e criatividade, uma vez que o contexto rural muitas vezes não oferece os mesmos recursos materiais e tecnológicos encontrados nas áreas urbanas. É preciso adaptar-se às realidades do campo, desenvolvendo estratégias que aproveitem ao máximo o que a comunidade e o ambiente natural têm a oferecer. Isso inclui a utilização de projetos práticos, como hortas escolares, estudos de plantas medicinais e atividades ao ar livre, que conectam os alunos diretamente à sua realidade, tornando o aprendizado mais significativo.

Outra parte fundamental da experiência de ser pedagoga no campo é a construção de vínculos com a comunidade. A relação próxima com as famílias, muitas vezes integradas à vida escolar, permite que a pedagoga compreenda melhor o contexto de vida dos alunos e os desafios específicos que enfrentam. Isso fortalece o trabalho educacional e permite a elaboração de projetos pedagógicos que dialoguem com as demandas e necessidades locais, como ações voltadas para a sustentabilidade, a preservação ambiental e o respeito à identidade cultural dos estudantes.

Além disso, ser educadora no campo envolve atuar como uma defensora do campo, combatendo preconceitos que frequentemente associam a vida camponesa a um modelo de atraso. A educação do campo, ao contrário, é um espaço de resistência e transformação social, onde o papel do pedagogo é fundamental para valorizar e promover uma educação contextualizada e integrada ao meio ambiente e à cultura local.



Portanto, a experiência de ser pedagoga no campo é uma jornada de desafios e recompensas, que exige dedicação, empatia e um profundo respeito pelo conhecimento e pelos modos de vida da comunidade rural. É um trabalho que busca não apenas ensinar, mas formar cidadãos críticos, conscientes de sua identidade e capazes de atuar em prol do desenvolvimento sustentável e do fortalecimento de suas raízes culturais.

Nesse contexto, as escolas do campo emergem como espaços privilegiados para a integração de práticas educativas que promovem a sustentabilidade e a consciência ambiental de forma holística e significativa. Gadotti (2000, p. 52) argumenta que “a educação sustentável deve ser integral, contemplando as dimensões ecológica, social, econômica e cultural”.

Uma das principais vantagens das escolas do campo é a oportunidade de conectar os alunos diretamente com a natureza e os ecossistemas locais. Por meio de atividades práticas, como trilhas na mata, observação de animais selvagens, plantio de árvores e coleta de amostras de solo e água, os alunos têm a oportunidade de vivenciar em primeira mão os conceitos abstratos apresentados em sala de aula.

Essas experiências sensoriais e imersivas não apenas estimulam a curiosidade e o interesse dos alunos, mas também os sensibilizam para a importância da preservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Um exemplo disso é: “A produção, a comercialização e a agricultura familiar passaram a ter destaque especial, mas não qualquer produção, pois o meio ambiente tem de ser respeitado e a produção precisa ser saudável”. (Caldart *et al.*, 2012, p. 132). Além disso, as escolas do campo oferecem um ambiente propício para a aprendizagem interdisciplinar, permitindo que os alunos explorem as complexas interações entre os sistemas naturais e as atividades humanas.

Essa abordagem integrada não só fortalece o entendimento dos alunos sobre os temas abordados, mas também os capacita a analisar criticamente os desafios ambientais e a propor soluções sustentáveis. Concordamos com Molina (2014) quando ele ressalta a importância dos espaços de formação para Educação do Campo. São espaços de formação científica integrados aos espaços de prática por excelência, no entanto, a escola do campo poderá tornar-se um “claustro”, ou seja, distanciando-se da realidade que está inserida.

O respeito e inserção à realidade local e regional é um dos argumentos mais importantes para a manutenção e fortalecimento dessas escolas, por isso, a Educação do Campo não pode ser pensada, gerida e construída em gabinetes gerenciais, ao contrário, nasce da necessidade e de contextos nos quais as “vozes dos locais”, seja em contextos rurais, de



comunidades quilombolas, indígenas, ou outros modelos que possam emergir, devem ser fator primordial para sua constituição e para sua prática.

Além de promover a compreensão conceitual, as escolas do campo também desempenham um papel importante na formação de atitudes e valores relacionados à sustentabilidade. Ao vivenciar diretamente os impactos das ações humanas no meio ambiente, os alunos desenvolvem uma maior consciência sobre suas próprias escolhas e comportamentos e são incentivados a adotar práticas mais sustentáveis em suas vidas diárias.

A conexão emocional e pessoal com a natureza também pode inspirar um senso de responsabilidade e compromisso com a proteção do meio ambiente, criando cidadãos engajados e ativos na construção de um futuro mais sustentável. Gadotti (2008, p. 29) reforça essa visão, destacando que “a ecopedagogia deve formar cidadãos comprometidos com a transformação social e ambiental”.

Ainda de acordo com Souza (2008), promover e consolidar a Educação do campo é respeitar os povos do campo, as comunidades quilombolas e indígenas, promovendo integração com o espaço onde os indivíduos nascem, crescem e podem estabilizar-se, pela promoção cultural e social nesses contextos naturais dos cidadãos, evitando o êxodo e migração para espaços urbanos e o esvaziamento das escolas de campo.

Além disso, as escolas do campo podem servir como modelos de práticas sustentáveis, incorporando princípios de eficiência energética, gestão de resíduos, conservação da água e uso responsável dos recursos naturais em suas operações diárias. Ao fazerem parte de uma comunidade escolar comprometida com a sustentabilidade, os alunos têm a oportunidade de vivenciar em primeira mão os benefícios e desafios de adotar um estilo de vida mais ecológico e consciente.

Dessa forma, a integração de práticas educativas centradas na sustentabilidade e na consciência ambiental na escola do campo oferece uma abordagem abrangente e eficaz para promover a educação ambiental. Ao conectar os alunos diretamente com a natureza, facilitar a aprendizagem interdisciplinar e fomentar atitudes e valores sustentáveis, as escolas do campo capacitam os alunos a se tornarem agentes de mudança positiva em suas comunidades e no mundo. Em um momento em que a proteção do meio ambiente se torna cada vez mais urgente, investir na educação ambiental por meio de escolas do campo é essencial para garantir um futuro mais sustentável e equitativo para as gerações futuras.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise abrangente sobre o Aprendizado Prático e Desenvolvimento Curricular na Escola do Campo, ressalta-se a importância crucial de compreender e valorizar as particularidades desse ambiente educacional específico. A abordagem da Educação do Campo, permeada por seus princípios fundamentais de valorização da cultura local, respeito ao meio ambiente e inserção contextualizada dos alunos em suas realidades, representa um pilar essencial para o enriquecimento do currículo e a promoção de uma aprendizagem significativa.

Nesse sentido, a elaboração do Projeto Político-Pedagógico e do currículo da Escola do Campo assume uma relevância ímpar, pois são instrumentos que devem refletir os anseios e necessidades das comunidades rurais, alinhando-se aos princípios da Educação do Campo e proporcionando uma educação contextualizada, relevante e inclusiva.

Além disso, a integração da sustentabilidade e da consciência ambiental no contexto da Escola do Campo amplia ainda mais os horizontes educacionais, ao promover uma maior conexão dos alunos com o meio ambiente e estimular práticas responsáveis e sustentáveis. Através de atividades práticas que envolvam a interação direta com o ambiente natural, os estudantes não apenas adquirem conhecimentos teóricos, mas também desenvolvem habilidades práticas, senso de responsabilidade ambiental e uma compreensão mais profunda das interações entre seres humanos e meio ambiente.

A conclusão deste trabalho reforça a importância de uma abordagem educacional adaptada às especificidades da Escola de Campo, valorizando a Educação do Campo, elaborando PPPs e currículos alinhados com os princípios dessa abordagem e promovendo a integração da sustentabilidade e da consciência ambiental nas práticas educativas. Em suma, somente dessa forma, será possível garantir uma aprendizagem significativa e transformadora para os alunos, preparando-os não apenas para enfrentar os desafios do presente, mas também para construir um futuro mais sustentável e inclusivo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. **Educação do campo e a formação de professores: construção de uma política educacional para o campo brasileiro**. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/868/589>>. Acesso em: 08 de abr de 2024.



BASSO, Jaqueline Daniela. NETO, José Leite dos Santos. BEZERRA, Maria Cristina dos Santos Bezerra. **Pedagogia histórico-crítica e educação no campo**: história, desafios e perspectivas atuais. São Carlos: Pedro & João Editores e Navegando, 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1, DE 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf>. Acesso em: 16 de abr de 2024.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 abr. 2024.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 25 jan. 2021.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN42010.pdf?query=AGR>. Acesso em: 16 de abr de 2024.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo**. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3644/3444>>. Acesso em: 08 de abr de 2024.

CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo Alentejano. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo** – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GADOTTI, Moacir. **Educação para a Sustentabilidade**: um Caminho para a Qualidade de Vida. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Pedagogia da Terra**: Educação Ambiental e Ecopedagogia. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2003.

MOLINA, Mônica C.; ROCHA, Maria Isabel Antunes. **Educação do campo**: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 220-253, jul./dez. 2014.



MOLINA, Rodrigo Sarruge. **História da educação agrícola no Brasil: educação do campo versus educação ruralista.** Revista de Educação PUC-Campinas, v. 24, n. 3, p. 463-476, set./dez. 2019.

NETO, Luiz Bezerra. **Educação do campo ou educação no campo?** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 38, p. 150-168, jun. 2010.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo.** Curitiba, 2006. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf>.

Acesso em: 16 de abr de 2024.

_____. **Parecer CEE/CEB N.º 1011/10.** Disponível em:

<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CEE-PR_11818_pa_ceb_1011_10.pdf?query=escolas%20do%20campo>.

Acesso em: 16 de abr de 2024.

ROSSI, Rafael. **Resenha sobre o livro: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. Revista Pegada, v. 13, n. 2, p. 228-231, dez. 2012.

SANT ANA, Helena Amaral. **A Educação do Campo como espaço de aprendizagem coletiva, resistência e fortalecimento identitário.** Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v.24, nº 2, 23 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/2/a-educacao-do-campo-como-espaco-de-aprendizagem-coletiva-resistencia-e-fortalecimento-identitario>

SCALABRIN, Rosemeri. **Da educação rural a educação do campo: uma reflexão necessária.** Nova Revista Amazônica, v. 7, n. 1, p. 131-157, abr. 2019.

SCALABRIN, Rosemeri. SILVA, Luiz Mauro Santos. **Educação do campo e agroecologia: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar.** II Seminário Nacional de Educação e Agroecologia - Cadernos de Agroecologia, v. 12, n. 1, jul. 2017.

SILVA, André Luiz Batista. **A educação do campo no contexto da luta do movimento social: uma análise histórica das lutas, conquistas e resistências a partir do movimento nacional da educação do campo.** Revista brasileira de história da educação, v. 20, 2020.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica.** Educação e sociedade, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008.

Recebido em: 13/09/2024

Aprovado em: 25/11/2024